

ESTADO DE GOIÁS  
POLÍCIA MILITAR  
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR  
DIVISÃO DE ENSINO

O Policiamento Rodoviário no Combate  
ao Crime Organizado

*Oficial-Abitiro: Cicero L. da Costa*

MONOGRAFIA CAO-91

Goiânia, Go/1991

CAP. PM CÍCERO CÂNDIDO DA COSTA

O POLICIAMENTO RODOVIÁRIO NO COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Monografia apresentada como exigência para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás, sob a orientação do Professor Osório José da Silva

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
Goiânia, 1991

## DEDICATÓRIA

À minha esposa e filhas que foram privadas de minha companhia no decorrer do curso, sabendo estimular e compreender esse momento, superando todas as dificuldades impostas pelas circunstâncias.

"Em todas as profissões, os mais indignos de aparecer são aqueles que avançam com a maior desfaçatez".

Voltaire

"Não existe esperança nas coisas.  
Mesmo assim, é preciso estar de-  
cidido a mudá-las".

Francis Scott Fitzgerald

ORAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR

SENHOR, vós sabeis quão árdua é a minha missão, e quase sempre incompreendida pelos homens.

É triste, SENHOR, arriscar a minha vida e não ser reconhecido, e algumas vezes criticado ou injuriado.

É triste, SENHOR, despedir-me do Lar e não ter a certeza de a ele retornar.

Mas é consolador, SENHOR, o sentimento do dever cumprido e a certeza de que minha figura anônima evitou um crime ou salvou uma vida.

Dai-me, SENHOR, a vossa graça, para que eu possa honrar a minha farda e renovar diariamente, perante VÓS, o juramento de defender a sociedade, mesmo com o sacrifício de minha própria vida.

AMÉM

CEL. PM JOFELI  
PM/MS

## S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	08
I - POLICIAMENTO RODOVIÁRIO	11
1. Breve Histórico	11
2. Atuação do Policiamento Rodoviário	13
II - CRIME ORGANIZADO	15
1. Conceito de Crime	15
2. Conceito de Crime Organizado	15
3. Origem histórica	15
4. Suas Ramificações no Mundo	16
5. Principais Modalidades de Crime Organizado	18
6. Criminalidade	26
III - POLICIAMENTO OSTENSIVO E REPRESSIVO	28
1. Aspecto Legal	28
2. Policiamento Ostensivo	28
3. Ação Ostensiva Repressiva	29
IV - CADASTRO NACIONAL DE VEÍCULOS ROUBADOS OU FURTADOS	32
V - REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTO-MOTORES-RENAVAM.	34
1. Informatização do Cadastro	34
2. Implantação da Placa Única	37
3. Fluxograma das Funções do RENAVAM	38

VI - COMBATE AO NARCOTRÁFICO	44
VII - CRIAÇÃO DO POLICIAMENTO TÁTICO RODOVIÁRIO	46
1. Policiamento Tático	46
2. Aquisição de Viaturas Especiais	47
3. Recursos Humanos	47
4. Operacionalidade do Policiamento	49
5. Fardamento, Equipamento e Armamento	50
CONCLUSÃO	52
BIBLIOGRAFIA	55
ANEXOS	
I - Fim do Sequestro de Enilda	56
II - Família de Empresária Não Recebeu o Contato	57
III - Crianças Presas no Paraguai	58
IV - Jovens Usam Xarope como Alucinógeno	60
V - CPI da Pistolagem tem Prazo Prorrogado	61
VI - Sequestro de Wagner Canhedo Filho	62
VII - Cronologia dos Fatos - Os Bilhetes do Cativo	63

## I N T R O D U Ç Ã O

Esta monografia foi desenvolvida primeiro, por uma exigência curricular do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais-CAO, e segundo pela necessidade vislumbrada por este Oficial de que a Polícia Militar, como organização encarregada da preservação da vida pública, com a responsabilidade de combater a criminalidade que hoje assola todo o País, e em especial as cidades grandes, deva oferecer à população segurança, para que tenha a paz social e para que possa se desenvolver dentro dos padrões de normalidade.

Quando enfocamos o crime organizado e tecemos comentários sobre sua origem, história e evolução, como no caso da Máfia, verificamos como os elementos que se põem à margem da lei, têm a capacidade de se organizar, pelo terror, suborno ou assassinatos, de modo que chegam à impunidade para seus atos.

O mais cruel e sanguinário ramo do crime organizado é, sem dúvida, o do tráfico de drogas. Por ser uma atividade ilícita, que movimentava bilhões de dólares por ano, torna-se ainda mais perigosa subornando autoridades ou simplesmente as eliminando.

O poder de pressão da máfia do Cartel de Medellín, influenciando na votação da emenda da Constituição da Colômbia, proibindo a extradição de Colombianos para os Estados Unidos, e exigindo que os Barões da Cocaína se entreguem somente à justiça de seu País, é um exemplo recente do grau de organização a que se pode chegar na prática do crime.

No capítulo II, item 05, fizemos breves considerações a respeito das principais modalidades do crime organizado, sendo que muitos deles acontecem com frequência em muitos Estados brasileiros.

O furto de veículos acaba sendo a modalidade criminosa mais complexa, pois está relacionado com o tráfico de drogas, seqüestros, assaltos e outros, motivo pelo qual a PM tem que ser adequadamente treinada para combater tal tipo de crime.

Para se combater eficientemente o crime temos que possuir armas, viaturas e homens treinados. Para o furto de veículos temos que ter o controle de nossa frota. Para tanto, foi dado o primeiro passo com a criação do RENAVAL (Registro Nacional de Veículos Automotores), faltando hoje a sua operacionalização. Neste trabalho estamos propondo uma sistemática que visa a inibir a ação dos ladrões e facilitar o trabalho policial com uma rápida resposta às informações dos computadores do órgão central.

Os integrantes do BPRV necessitam de atributos bem superiores aos do soldado comum. Para isso é necessário o conhecimento também de outras áreas, tais como: noções de primeiros socorros, combate a incêndios em autos, relações públicas (para saber se dirigir às pessoas), noções de mecânica e noções de blo-

queio de estradas. Para os integrantes do policiamento tático, além desses conhecimentos, a proposta do trabalho é qualificá-los mais ainda com a finalidade de credenciá-los a combater crimes ainda mais complexos e, conseqüentemente, oferecer à população do Estado de Goiás segurança mais efetiva e eficiente.

Finalmente, fizemos breves comentários sobre a dramática situação vivida por inúmeras famílias brasileiras que já tiveram seus entes queridos sequestrados, onde os bandidos exploram sem piedade o lado emocional das pessoas, quase sempre conseguindo resgates fabulosos. Também esta modalidade de crime seria combatida, pois um policiamento efetivo nas rodovias limitaria o campo de ação dos marginais.

Enfim, apresenta-se um panorama geral da atual situação da segurança pública no Brasil, bem como uma proposta para diminuir a sensação de insegurança em que vive o nosso povo.



## I - POLICIAMENTO RODOVIÁRIO

### 1. Breve Histórico

Até 1º de julho de 1986 a Polícia Militar do Estado de Goiás executava o policiamento de suas rodovias através da Companhia Independente de Polícia Rodoviária (CIPRV).

Com a introdução de modificações no QO, articulando-o à PMGO, seu comandante geral na ocasião optou pela sua extinção, de acordo com as alegações contidas na Portaria nº 007/PM/001/PM/3-Desativa a CIPRV.

"Introduz modificações no QO articulando à PMGO. O Cel PM Álvaro Alves Júnior, considerando o proposto no Art. 34 da Lei 8125, de 18 de julho de 1976, por premente necessidade do serviço...

1. Considerando o crescente aumento de construções de rodovias pavimentadas em todo o Estado de Goiás,
2. considerando que pelas distâncias e localizações dessas rodovias, tem dificultado a fiscalização e o controle por parte da Cia. Ind. de Polícia Rodoviária (CIPRV);
3. considerando a eficiência experimental no sistema de policiamento integrado na capital e no interior...

4. Considerando que o policiamento rodoviário atual traz uma sobreposição de meios humanos e materiais, o que não ocorrerá com a sua integração às Unidades Operacionais, vez que o seu desenvolvimento será efetivado com os mesmos recursos e meios existentes, naturalmente com menor custo para o Estado;

5. considerando, finalmente, que no momento atual exige-se mais agilização das atividades operacionais da corporação. Resolve:

Art. 1º. Desativar em caráter provisório e experimental a CIPRV, integrando o policiamento rodoviário às diversas OPM existentes na Corporação.

Art. 2º. Atribuir às unidades operacionais a responsabilidade de executar o policiamento ostensivo rodoviário em todas as rodovias estaduais...

Art. 3º. Distribuir, mediante plano da DAL e Diretoria de Pessoal, todos os meios materiais e recursos humanos entre Unidades encarregadas do Policiamento Rodoviário.

Art. 4º. Designar um Capitão PM assistente como encarregado do estabelecimento das ligações DERGO/PMGO.

Art. 6º. Os casos omissos na presente resolução serão solucionados pelo Comandante Geral.

Art. 7º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação em Boletim Geral .

Art. 8º. Publique-se. Comunique-se. CGC- Goiânia, 10 de janeiro de 1986.

Durante o período de pouco mais de quatro anos o Policiamento de trânsito ficou a cargo das unidades de área no sistema de policiamento integrado. Como é sabido, o homem de determinadas modalidades de policiamento necessita de conhecimentos específicos e até mesmo especializados para bem desempenhar a sua missão. Atendendo essa necessidade e atendendo os anseios da so-

cidade, o Legislador inseriu na Constituição do Estado o Art.124 onde se lê:

Parágrafo único - A estrutura da Polícia Militar conterá, obrigatoriamente, uma unidade de polícia florestal, incumbida de proteger nascentes dos mananciais e os parques ecológicos, uma unidade de polícia rodoviário e uma de trânsito.

Art. 15. No prazo de cento e oitenta dias, após a promulgação desta Constituição, a Polícia Militar adotará medidas administrativas que resultem na organização e funcionamento da unidade florestal especializada e dos batalhões da polícia rodoviária e de trânsito.


Em cumprimento ao dispositivo constitucional, através da Portaria 092/PM 007/PM1, o Cel PM Cícero de Camargo Prado, Comandante Geral da PMGO, ativou a 1ª Cia Provisória do BPMRV, em 1º de março de 1990.

Incontinente à ativação da 1ª Cia de Polícia Militar Rodoviária, resolveu o comandante Geral já mencionado ativar, conforme Portaria nº 356/021-PM/1, em definitivo, o BPMRV, constando do efetivo da 1ª Cia e Pelotão de comando de Serviço, ficando subordinado operacionalmente ao então CPC (Comando do Policiamento da Capital) atual CPM até a aprovação em definitivo da ativação da CPE (Comando de Policiamento Especializado).

## 2. Atuação do Policiamento Rodoviário

Quando surgiu no Brasil o Policiamento Rodoviário, seu principal objetivo era o infrator do Código Nacional de Trânsito.

A Lei que criou a Polícia Rodoviária Federal, subordi-



nada ao DNER não lhe atribuía qualquer poder de polícia.

Com as Polícias Militares fazendo o policiamento das rodovias, muitos dos antigos funcionários passaram para os quadros das Polícias Militares.

Para a época, entende-se que não houve grandes prejuízos para a população, tendo em vista que os criminosos ficavam mais restritos aos centros urbanos e as rodovias também não ofereciam condições seguras de trafegabilidade e apoio técnico a quem por elas passasse.

Com a Constituição de 1988, a própria Polícia Rodoviária Federal ganhou status de órgão de segurança pública, e além de adquirir o poder de polícia, possui as atribuições previstas no Código Nacional de Trânsito.

A modernização dos meios de comunicação, a melhoria da malha viária e outros fatores trouxeram para as rodovias o criminoso que agia somente nas cidades. Com as facilidades oferecidas por vias asfaltadas, eles podem cometer seus delitos e fugir para outras cidades ou até mesmo sair de seu domicílio, onde eram conhecidos como pessoas honradas e cometer crimes em outras localidades, razão porque entendemos que o Policiamento Rodoviário terá de se adequar à nova realidade.

## II - O CRIME ORGANIZADO

### 1. Conceito de Crime

É a violação do mandamento de uma norma jurídica a que corresponde uma sanção especialmente grave, denominada pena.

A sociedade, por meio de seu ordenamento jurídico, protege com mais vigor certos valores, aos quais empresta uma importância fundamental, para a sua segurança e sobrevivência. Em outras palavras, o crime é uma ação ou omissão que ofende gravemente a ordem ético-jurídica, e em razão disso merece desta uma sanção especial que é a pena.

### 2. Conceito de Crime Organizado

É uma atividade ilegal com fins lucrativos, de caráter coletivo, dotado de lideranças e forma de atuação planejada.

Quando se fala em crime organizado, a Falange Vermelha, a Máfia, o Cartel de Medellín surgem logo como exemplo. Essas organizações criminosas se caracterizam pelas seguintes posições em relação ao Estado: o enfrentamento eventual, o deságio ostensivo, a substituição informal ou oportunista e a corrupção.

### 3. Origem Histórica

A Máfia é a organização criminosa mais antiga do mundo ocidental. Teve como berço Palermo, a capital da Sicília. A "Onorata Societá", como é conhecida, é lembrança da época em que se considerava a Máfia uma organização formada por "homens de honra" e não pelos atuais chefões do tráfico de drogas.

A Máfia siciliana nunca deixou de se expandir, deu um salto ao abandonar suas origens rurais e se enraizar definitivamente nas cidades. À venda de proteção, aos sequestros e extorções, incorporou atividades mais lucrativas como o jogo clandestino e, principalmente, o tráfico de drogas que, segundo se acredita, movimentam 30 bilhões de dólares por ano. Também na Itália surgiu a segunda organização criminosa, sendo o seu berço a cidade de Nápoles, conhecida como Máfia Napolitana ou Camorra, que opera nos mesmos moldes de sua inspiradora siciliana.

No Brasil, o crime passou a se organizar quando foram encarcerados nos mesmos presídios, e até mesmo dividindo celas, criminosos comuns e presos políticos, durante o período dos governos "revolucionários". Mais tarde chegaram presos de facções armadas, os guerrilheiros que combatiam o sistema. Foi aí que o criminoso comum absorveu as técnicas da guerrilha que assaltava bancos e sequestrava pessoas. A organização, repassada pelos presos políticos, deu origem à Falange Vermelha, que até hoje domina presídios no Rio de Janeiro e, de dentro, comanda ações externas através de frações estruturadas e bem armadas.

#### 4. Suas Ramificações no Mundo

Inicialmente a Máfia exportou para os Estados Unidos da América as mesmas modalidades criminosas exploradas na Itália. Com a expansão do consumo de drogas, não pestanejou ela em absorver igualmente também esse ramo do crime tido pelos novos mafiosos co-

mo mais lucrativo.

Foi a partir da união da Máfia com os "Barões da Coca" dos cartéis de Medellín e Cali que a Máfia e o crime organizado espalharam-se pelo mundo, chegando inclusive ao Brasil, como é do conhecimento de todos, após a prisão do chefe mafioso Tomazo Buschetta, que foi extraditado para a Itália em troca de proteção de vida. Quebrou-se, pela primeira vez, a "omertá", a lei do silêncio imposta pela organização criminosa. Da atitude do mafioso, a polícia e a justiça italianas colocaram atrás das grades quase uma centena de criminosos.

A atividade mais poderosa do crime organizado, indiscutivelmente, é o tráfico de drogas, que além de movimentar bilhões de dólares, possui uma complexa rede de apoio, representada por favorecimentos e informações obtidas por suborno ou pressão.

O general Manoel Antônio Noriega, que chegou a dirigir os destinos do seu País, o Panamá, ligado ao Cartel de Medellín, fez fortuna até provocar um conflito com os Estados Unidos, onde se encontra preso, cumprindo pena por tráfico de drogas.

Pablo Emilio Escobar Gaviria, o maior traficante do mundo, costuma dizer: "subi na vida usando a cabeça, os punhos e o revólver". Ele é mesmo um bandido que se fez sozinho, com muito derramamento de sangue. Ao contrário de John Gotti, o chefe da "família Gambino", considerado o maior mafioso dos Estados Unidos, não ganhou o controle de uma organização já estruturada - ele mesmo construiu o império da droga. Filho de camponeses, também não era membro natural de um clã de gangsters, criou sua máfia com uma legião de traficantes e assassinos de aluguel. Hoje, é três vezes mais rico que o mafioso italiano Carmine Alfieri, "O Raivoso", que lidera setenta clãs da Camorra Napolitana. Criado numa família de doze irmãos, Escobar conservou o fervor por

Nossa Senhora Auxiliadora, cuja imagem sempre carrega consigo, ao lado da pistola alemã Sauer, de 7.65mm, e o jeitão de milionário caipira. Suas grandes paixões de consumo, além das mansões cinematográficas e dos animais selvagens de seu zoológico particular, o maior do mundo, são os automóveis (uma coleção de Rolls-Royce) e camisas de seda de mangas curtas. Só o DEA, o órgão americano que combate o narcotráfico, acusa Pablo Escobar de 240 assassinatos. Se fosse extraditado para os Estados Unidos, o chefe do Cartel de Medellín enfrentaria julgamentos em Los Angeles, Miami, e Atlanta.

## 5. Principais Modalidades do Crime Organizado

### **Jogo do bicho**

Esta modalidade possui uma grande aceitação popular, apesar de ser uma contravenção. Encontra-se disseminado por todo o território brasileiro. Penalmente, há duas pessoas possíveis de serem passivas de punições mais severas:

- a) o "banqueiro": é o dirigente; vincula-se ao esporte e ao lazer e, até mesmo, à assistência, possuindo empresas de fachada, com o intuito de "lavagem do lucro da contravenção";
- b) o "cambista": são os funcionários do banqueiro, responsáveis pelas apostas e controle dos pontos.

As extrações, realizadas sempre com grande segurança, são difundidas em todo o território nacional com a rapidez de uma notícia. Nesta modalidade é comum a combinação com o furto de veículo, assalto a banco, drogas, tráfico de mulheres e pistolagem.

### **Assalto a banco**

É a modalidade que requer o maior tempo de planejamento além de ser a mais rendosa e a mais violenta. Já foi utilizada para angariar recursos nas atividades subversivas, depois explorada por quadrilhas organizadas, como a Falange Vermelha e outros, com o resultado usado para financiar a compra de drogas.

Vincula-se, quase sempre, com o furto de veículos e de armas e com o sequestro.

### **Contrabando e descaminho**

É a modalidade mais complexa entre os Crimes Organizados, depende de uma vasta rede de apoio e de facilidades, sempre conseguidas com o comprometimento de funcionários públicos e/ou políticos.

As principais figuras do contrabando são os compradores, financiadores, clientes, transportadores e os "colaboradores".

Os produtos preferidos são: bebidas, eletrônicos, armas, grãos (café, soja), madeira, metais e pedras preciosas, material pornográfico, animais e peles e semelhantes.

### **Fraudes contra o Sistema Financeiro**

São os conhecidos "crimes do colarinho branco". Escândalos conhecidos através de 'furos' da imprensa, como os das pedras preciosas, da mandioca, da soja, da bolsa de valores e os dos sistemas de créditos, notadamente em bancos estatais.

### **Furto de veículos**

Nesta modalidade a obtenção de lucro se processa, basicamente, através da venda de veículos 'a granel', após 'abatidos' (desmanche); ou trocados por drogas e o 'seguro' (o proprietário registra queixa para receber prêmio).

As figuras são os 'apontadores', oficinas, falsificadores e receptadores.

Nos Estados que possuem acesso fácil a países produtores de drogas (Paraguai = maconha e Bolívia = cocaína), os veículos são levados para esses países e simplesmente trocados por tóxico.

A corrupção facilita o roubo e o contrabando. A impunidade no Paraguai circula também sobre quatro rodas. Calcula-se que mais da metade dos automóveis que trafegam pelo País, com placas e documentação paraguaias, foram roubados no Brasil.

Em vários países o contrabando é uma atividade clandestina, cheia de riscos. Aqui, é feita à luz do dia, analisa o economista paraguaio Ricardo Rodriguez Silvero. À luz do dia e nos altos escalões.

O Cadastro Nacional de Veículos roubados, uma empresa particular com sede em São paulo, tem conseguido furar o bloqueio da impunidade e descobrir o paradeiro de muitos veículos. Quem recupera os carros é a polícia, apressa-se a explicar Pedro Paulo Negrini, sócio de Roberto Pataki na empresa. O Ford Del Rey cinza, placas do Poder Legislativo do Paraguai, que circula impunemente pelas ruas de Assunção, pertence, na verdade, ao paulista Taeko Tanka, que teve o carro roubado em agosto de 1984. A descoberta foi feita pelo cadastro, que, no entanto, não conseguiu trazê-lo de volta ao dono legítimo.

### **Lenocínio e Tráfico de Mulheres**

É uma modalidade tradicional que explora o sexo, internacionalmente ramificada e muito bem compartimentada. As mulheres são recrutadas, sendo prostitutas ou não, por agenciadores, cafetinas, com promessas mirabolantes e irrecusáveis. Os noticiários tem trazido à tona, inclusive, o tráfico para

o estrangeiro, dificultando ainda mais a punição de tais criminosos.

### **Pistolagem**

Modalidade que consiste, basicamente, na contratação de um ou mais bandidos para, mediante pagamento, executarem homicídio.

É uma modalidade de crime organizado que em alguns Estados brasileiros está estruturada em verdadeiros sindicatos do crime. O preço depende da projeção social da vítima ou de sua habilidade para defender a própria vida. Enfim, do risco que a tarefa representa para o pistoleiro. "Para matar no meio da multidão, use um revólver de cano "buldogue"; dentro de um bar ou de uma casa, prefira o de cano médio; entre 20 a 50 metros, o ideal é um de cano longo. Acima de 50 metros, é preciso uma carabina". Essa é uma lição dada pelo pistoleiro Bermudas.<sup>1</sup>

### **Tráfico de drogas**

Conhecido como a atividade principal e mais rendosa do crime organizado. A denominação advém do fato de que a droga, necessariamente, tem que passar por diversos personagens, do produtor ao dependente, possuindo nível nacional (doméstico) e internacional.

Pouco mais de um ano foi o que durou a luta do Procurador Geral da Colômbia, Carlos Mauro Hoyos, contra o grupo de traficantes mais poderoso do mundo, o Cartel de Medellín. Contava ele com uma arma capaz de intimidá-los, a extradição para os Esta-

---

1 - Lima, Bermudas dos Santos. (pistoleiro do Sindicato do Crime. In: Revista Veja, 1990, p.86.

dos Unidos. Quando se dirigia para o aeroporto, seu carro foi interceptado e metralhado, morrendo no local o guarda-costas e o motorista. O procurador foi levado pelos sequestradores, tendo permanecido ferido por mais algumas horas, até ser finalmente executado com uma rajada de metralhadora. Seu corpo foi abandonado à beira da mesma estrada onde ocorrera o primeiro ataque.

Outro ataque audacioso foi o fuzilamento do candidato à presidência da República, favorito na Colômbia, Luiz Carlos Galan, em 18 de agosto de 1989, metralhado em cima do palanque na cidade de Soacha, durante um comício para as eleições presidenciais, porque prometera erradicar o narcotráfico de seu País. O cartel de Medellín é responsável por 80% da cocaína que entra nos Estados Unidos. O poder e influência do narcotráfico ficou evidenciado, no momento em que o Congresso colombiano aprovou emenda constitucional proibindo a extradição para os Estados Unidos.

### **Terrorismo**

É o uso da violência com finalidade política, influenciando no comportamento da população através da propaganda de seus atos. O terrorismo pode ser seletivo ou indiscriminado. Suas ações podem ser classificadas em táticas de ruas, ocupações, incursões, emboscadas, homicídio, sequestro, furtos e roubos, resgates de presos e propaganda armada.

São grupos extremistas que em nome de causas, para elas tidas como justas, instalam o terror através de suas ações violentas, muitas das vezes atingindo inocentes, talvez querendo preencher o vazio da falta de legitimidade popular.

Um dos grupos terroristas mais violento foi o alemão

"Baader-Meinhof", hoje praticamente extinto pela caçada implacável da justiça alemã e pela dureza das penas aplicadas.

### **Sequestro**

Na década de 70 tornaram-se comuns os sequestros de aeronaves por terroristas, só que com conotação política.

O sequestro de pessoas começou a acontecer, com maior frequência, a partir da década de 80, com a implementação do plano econômico do governo Collor, a partir de 15 de março de 1990, que bloqueou o dinheiro das contas correntes, cadernetas de poupança e aplicações financeiras.

Com essa medida do Governo Central, assaltar um banco, para os marginais, passou a ser uma operação por demais arriscada e não compensativa, porque o volume de dinheiro em caixa nas agências diminuiu drasticamente. Logo passaram a sequestrar pessoas, onde corriam menor risco, e, pelo próprio desespero dos familiares, conseguiram grandes somas. É muito comum os marginais exigirem que a polícia se afaste do caso e a imprensa deixe de divulgar na fase das negociações, o que aumenta as chances de, após o recebimento do resgate e libertação do refém, continuem impunes para praticarem outros sequestros.

Em 31 de julho de 1989, o empresário Luis Sales, quando se dirigia para trabalho, teve o seu carro abordado, tendo aí início um dos sequestros mais longos do país, sessenta e cinco dias em cárcere privado. A família pagou 2,5 milhões de dólares por sua liberdade.

Em dezembro do mesmo ano, o empresário paulista Abílio Diniz foi sequestrado, mas libertado pela polícia sem o pagamento

do resgate, sendo os sequestradores presos e posteriormente condenados.

Em julho de 1990, o empresário Roberto Medina foi sequestrado no Rio de Janeiro, e libertado após o pagamento de quatro milhões de dólares. O Rio de Janeiro, no ano de 1990, viveu um período negro, com a instalação da indústria do sequestro, onde os marginais demonstraram planejamento tático operacional sofisticado.

Em Brasília, no mês de julho de 91, Wagner Canhedo Filho é sequestrado na garagem de sua casa por cinco homens. Por volta das 14,30h o carro em que estava é localizado pela polícia. A família recebe dois telefonemas: no primeiro é anunciado o sequestro e no segundo exigido o resgate de cinco milhões de dólares, o afastamento da imprensa e da polícia. Depois de seis dias de cativo, cercado de mistérios, Wagner fugiu da casa situada na Rua José Puglisi, na periferia de Anápolis, Goiás, situada a 160km de Brasília, na madrugada 9 de julho, arrombando uma janela com uma colher. Segundo a família o resgate não chegou a ser pago porque os sequestradores exigiam fosse feito o pagamento em Cuiabá, MT, mas Wagner escapou antes de seus captores apanharem o dinheiro. Segundo o próprio Wagner Filho, ele foi conduzido de Brasília até o seu cativ<sup>ei</sup>ero em Anápolis dentro de um carro. Consequentemente foi usada a rodovia normalmente durante o deslocamento à luz do dia.

O Rio de Janeiro é responsável por 62% dos casos de sequestros ocorridos este ano no Brasil. Atrás, vem São Paulo, com 13%. A seguir, um quadro demonstrativo:

1989

Rio de Janeiro - 14  
São Paulo - 6  
Pernambuco - 4  
Minas Gerais - 3  
Bahia - 2  
Paraná - 2  
Santa Catarina - 2  
Espírito Santo - 1  
Mato Grosso do Sul - 1  
Outros - 4  
Total - 39

1990

Rio de Janeiro - 46  
São Paulo - 10  
Paraná - 6  
Santa Catarina - 4  
Pernambuco - 3  
Minas Gerais - 3  
Bahia - 2  
Espírito Santo - 2  
Mato Grosso do Sul - 2  
Outros - 12  
Total - 91

1991

Rio de Janeiro - 49  
São Paulo - 11  
Minas Gerais - 6  
Pernambuco - 2  
Outros - 11  
total - 79.<sup>2</sup>

---

2 - Revista Veja, ed. 1.192, 24/7/91, p. 17

## 6. A Criminalidade

### Aspectos Gerais

A violência urbana existe em todos os tipos de sociedade e desenvolveu-se a partir do surgimento da metropolização, através da concentração de grandes contingentes populacionais.

Os grandes centros urbanos tiveram os seus aumentos populacionais gerados, principalmente, pela migração do homem do campo e de outros Estados, devido à industrialização desses centros. A crescente industrialização e sua evolução técnica propicia o aumento da produção de bens de consumo, cada vez mais sofisticados. O consumismo é reforçado pelos meios de comunicação.

Acontece que nem todas as pessoas poderão ter acesso a estes bens, pois não atingiram a escala social de poder econômico suficiente para adquiri-los.

A falta de infra-estrutura urbana e a recessão econômica agravaram as condições de habitação da população assalariada, ensejando o surgimento cada vez maior do número de favelas e cortiços. Esses favelados constituem-se em marginalizados sociais, desassistidos, sem nenhuma qualificação, podendo transformar-se facilmente em delinquente, uma vez que, não tendo condições de subir na escala social, facilmente terminam por trilhar o caminho do crime.

### Aspectos Específicos

O indivíduo faz sua opção pelo caminho do crime quando o risco de ser apanhado e condenado é diretamente proporcional ao

valor almejado e, inversamente proporcional à probabilidade de ser penalizado.

### III - POLICIAMENTO OSTENSIVO E REPRESSIVO

#### 1 - Aspecto Legal

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, no seu artigo 144, § 5, estabelece que: "Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública".

O Decreto nº 667, de 02 de julho de 1969, no art. 3, alínea "a", define como competência da PM:

"Executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das forças armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos" (1)

O regulamento para as polícias militares e corpo de bombeiros militares (R-200), aprovado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, no art. 2, item 20, estabelece: "Policiamento ostensivo - ação policial, exclusiva das polícias militares, em cujo emprego o homem ou a ação de tipo engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública".

---

1 - Decreto nº 667, de 02 de julho de 1969.

## 2. Policiamento Ostensivo

Entre os tipos de policiamento ostensivo citados no artigo em questão, destacamos, por interessar a este trabalho: ostensivo geral, urbano e rural.

Notamos, então, que o fundamento da ação policial-militar é seu caráter ostensivo. Esse caráter significa a percepção direta, visual, que o policial-militar propicia aos que o circundam, sendo também considerados os sinais sonoros complementares, como vozes, apitos, sirenes etc.

Toda sociedade sabe que o cidadão clama por segurança e cabe ao Estado, através de seu aparelhamento legal, jurídico e policial, tomar as medidas que possibilitem o desenvolvimento deste sentimento de segurança.

Como a polícia militar é órgão componente do aparelho estatal destinado à segurança, cabe a ela planejar e dispor do policiamento ostensivo, de modo permanente e eficaz, no sentido de possibilitar que o grau de sentimento de segurança se eleve a partir das providências tomadas.

## 3. Ação Ostensiva e Repressiva

A ação do policiamento ostensivo se faz sentir em dois níveis: no primeiro, o nível do cidadão em geral, aumentando-lhe o grau de segurança pela confiança que a presença do policial inspira; no segundo nível, junto aos infratores das normas sociais, inibindo-lhes a ação, pela expectativa da repressão certa e imediata.

A ação do primeiro nível é mais facilmente atingida, pois o cidadão não se detém na análise quanto à necessidade de

determinado policiamento, mas, psicologicamente, a simples presença do policial o tranquiliza.

O mesmo não ocorre com o infrator. Imbuído da vontade de contrariar as regras sociais, questiona a capacidade do policiamento em se opor à sua pretendida atividade; só se sentindo inibido se reconhece a capacidade do esquema de segurança.

Assim, há que haver essa capacidade repressora em cada fração do policiamento ostensivo em serviço, proporcional às expectativas das infrações a serem prevenidas, caso contrário, falhando a ação repressiva, o ilícito ocorre. Nesse caso, o efeito será duplamente negativo pois, o cidadão perderá a confiança no policial e o infrator se sentirá desinibido perante o fraco poder de coação.

Na aplicação deste princípio, temos que atentar para os critérios usados na administração, de eficácia e eficiência: o primeiro compreende a capacidade de se atingir o objetivo e o segundo a capacidade de se atingir o objetivo com economia de meios, ou, de se alcançar um objetivo mais amplo em quantidade ou qualidade com os mesmos meios.

Na verdade, a polícia tem sido taxada de ineficiente, quando, na realidade, o instrumento utilizado para o cumprimento de determinada missão é ineficaz. Via de regra, o emprego maciço de meios para produzir a eficácia prejudica o grau de eficiência desejado.

Não se pode pretender, portanto, montar policiamento para ações apenas preventivas, separadas das ações repressivas.

Evidentemente, existem modalidades de policiamento com missões e características mais repressivas que outros, especialmente quando têm por função apoiar elementos de menor capacidade repressiva, mas, estes devem estar perfeitamente entrosados com aqueles, integrados na mesma missão.

#### IV - CADASTRO NACIONAL DE VEÍCULOS ROUBADOS OU FURTADOS

O Ministério da Justiça, através da Portaria nº 03/86, de 06 de março de 1986, regulamentou o Registro Nacional de Veículos Auto-Motores-RENAVAM, que reúne entre outras funções, um sistema nacional que centraliza todas as informações referentes a roubo e que possam ser processadas de qualquer parte do País.

O combate ao furto de veículos no Brasil tem sido conduzido através de medidas preventivas e repressivas que, apesar dos esforços já dispendidos, não vêm alcançando resultados satisfatórios. Para as autoridades e para a própria Polícia Militar, a melhor maneira de combater o roubo ou furto de veículos, será o aparelhamento da máquina policial e o controle centralizado da frota, como medida prioritária, visando coibir a ação dos marginais.

No Brasil, pouco mais da metade dos Estados possui seus Departamentos Estaduais de Trânsito informatizados ou em fase de informatização, o que é lamentável.

A investigação sobre furtos de veículos de outros Estados é demorada e não inspira confiança, pois na maioria das vezes, esta consulta é feita através de telefone e a prática tem demonstrado o envolvimento de funcionários de Detrans com marginais.

A tomada de posição da iniciativa privada, que ocupou esse espaço, como por exemplo o Cadastro Nacional de Veículos Roubados, localizada no Estado de São Paulo, que tomou para si, com fins lucrativos, o dever constitucional do Estado de dar proteção ao proprietário, é apenas uma tentativa de proporcionar mais segurança.

A identificação dos agregados do veículo (numeração do motor, chassi, caixa de câmbio etc.) por parte das montadoras ainda é demorado, tendo em vista o volume de pedidos e a falta de uma política nacional.

## V. REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTO-MOTORES - RENAVAL

### 1. Informatização do Cadastro

O cadastro informatizado é um grande passo na modernização do serviço policial, pois deixa para trás os arquivos em fichários, ~~de~~ <sup>de</sup> ~~p~~er si lentos, e penetra na área da informática onde, em fração de segundos, com eficiência e confiabilidade, as respostas estão presentes.

Passaremos agora a detalhar o seu fundionamento, destacando as seguintes funções:

- pré-cadastramento
- transações com veículos
- emplacamento
- roubo e furto de veículos
- recuperação
- devolução.

A função do pré-cadastramento tem como finalidade cadastrar os componentes e características de um veículo, antes que ele seja emplacado pela primeira vez, aumentando assim a segurança e reduzindo as informações a serem colocadas no processo.

Para tanto, os dados necessários serão obtidos nas montadoras, para veículos nacionais, e nas unidades aduaneiras da Secretaria da Receita Federal, para veículos importados.

A função transações com veículos visa a registrar no RENAVAL todos os eventos ocorridos com veículos, de forma que a posição atual esteja sempre disponível. Portanto, é necessário que os cadastros estaduais estejam interligados ao RENAVAL, pois as informações fluirão de sistema para sistema.

Já por ocasião do primeiro emplacamento, o DETRAN deverá solicitar ao RENAVAL as informações dos componentes e características, especificados pelas montadoras. Este procedimento além de aumentar a segurança no registro de um veículo novo, elimina a necessidade de se coletar um grande volume de dados.

As informações de uma ocorrência de roubo ou furto de veículo serão encaminhadas pelo órgão responsável pelo registro oficial do Cadastro Estadual que as repassará ao RENAVAL, impedindo que o veículo receba um novo registro em outro Estado.

Se a Unidade Federativa onde ocorreu o roubo ou o furto ainda não estiver informatizada, as informações serão encaminhadas via telex diretamente ao RENAVAL.

Se o roubo ou furto ocorrer em uma Unidade Federativa diferente daquela onde o veículo está emplacado, o RENAVAL se encarrega de comunicar a ocorrência ao DETRAN daquele Estado.

Através de uma central de alarme, uma ocorrência de roubo ou furto de veículo será registrada provisoriamente, sendo que esta comunicação poderá ser feita através de uma simples ligação telefônica. Esta informação se apagará automaticamente ao se esgotar um prazo previamente determinado ou por ocasião do formal registro da ocorrência.

Por ocasião da recuperação de um veículo, o órgão de se-

gurança responsável pelo registro da ocorrência encaminhará ao cadastro estadual, que as repassará ao RENAVAM.

De maneira idêntica à da comunicação de roubo ou furto, se a recuperação ocorrer em Unidade Federativa diferente daquela onde foi registrado o delito, o RENAVAM se encarregará de comunicar ao órgão que registrou a ocorrência.

Finalmente, quando da devolução do veículo furtado ao seu proprietário, serão tomados os mesmos procedimentos do item anterior, ressaltando que, apesar de se apresentarem separadamente as ocorrências de recuperação e devolução, estas serão responsabilidade de um mesmo órgão de segurança.

Como usuários efetivos e potenciais das informações do RENAVAM podemos citar:

- Órgãos de Segurança Pública
- Secretarias de Segurança Pública
- Departamento da Polícia Federal
- Polícias Militares
- Polícia Rodoviária Federal
- Órgãos de trânsito e Transporte
- CONTRAN
- DENATRAN
- DETRANs
- DNER
- DERs
- Órgãos fazendários
- Secretarias Estaduais da Fazenda
- Secretaria da Feceita Federal
- Entidades Privadas
- Seguradoras
- Montadoras

- Cadastro Nacional de Veículos Furtados
- Público em geral.

Apontamos que, além das disponibilidades de informações sobre qualquer veículo, outros benefícios serão alcançados com o RENAVALAM:

- Promover entre os DETRAN a integridade e consistência dos dados dos veículos, evitando a duplicidade de registro em UF diferentes.
- Apoiar a atuação dos órgãos de Segurança Pública na repressão e contenção de veículos roubados ou furtados.
- Agilizar o processo de cadastramento de veículos a partir das informações das montadoras.
- Simplificar a obtenção dos documentos dos veículos, principalmente nos casos de transferência para outra UF.

## 2. Implantação da Chapa Única

A implantação de novo sistema de emplacamento começou com os carros novos, registrados no Estado do Paraná, que receberam placas com uma letra a mais, o que permite maior número de combinações e evita a repetição de placas. Atualmente, há um grande número de veículos no País com placas iguais, dificultando a fiscalização dos órgãos de segurança.

Gradativamente, os veículos que já estão circulando passarão por um recadastramento e terão as suas placas trocadas para se acrescentar uma letra.

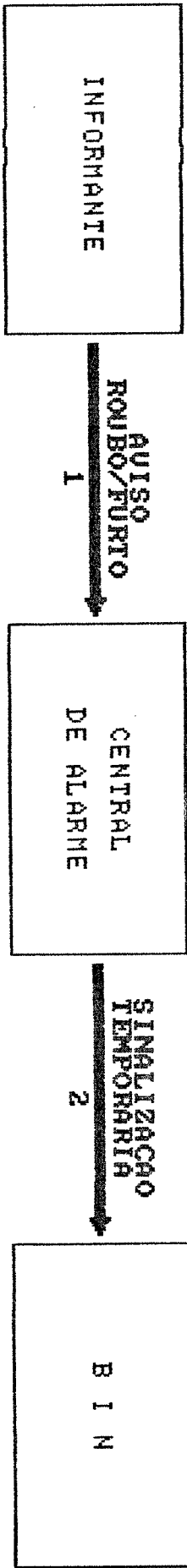
A mudança de placas é a primeira parte para a implantação do Registro Nacional de Veículos Automotores-RENAVAM, que vem sendo planejado pelo Ministério da Justiça desde o início do Governo Sarney. o RENAVAM é essencial para cambater o roubo ou furto de veículos no País.

Pelo projeto, quando um veículo for furtado, o proprietário comunicará por telefone ao RENAVAM e este, através do computador, coloca os policiais de todos os Estados em alerta. Enquanto isso, a vítima vai à Delegacia de Polícia registrar a ocorrência do roubo. Atualmente, há uma perda de tempo significativa entre o roubo e a comunicação à Polícia, e quando esta é acionada, os ladrões já saíram do Estado com o carro.

### 3. Fluxograma das Funções do RENAVAM

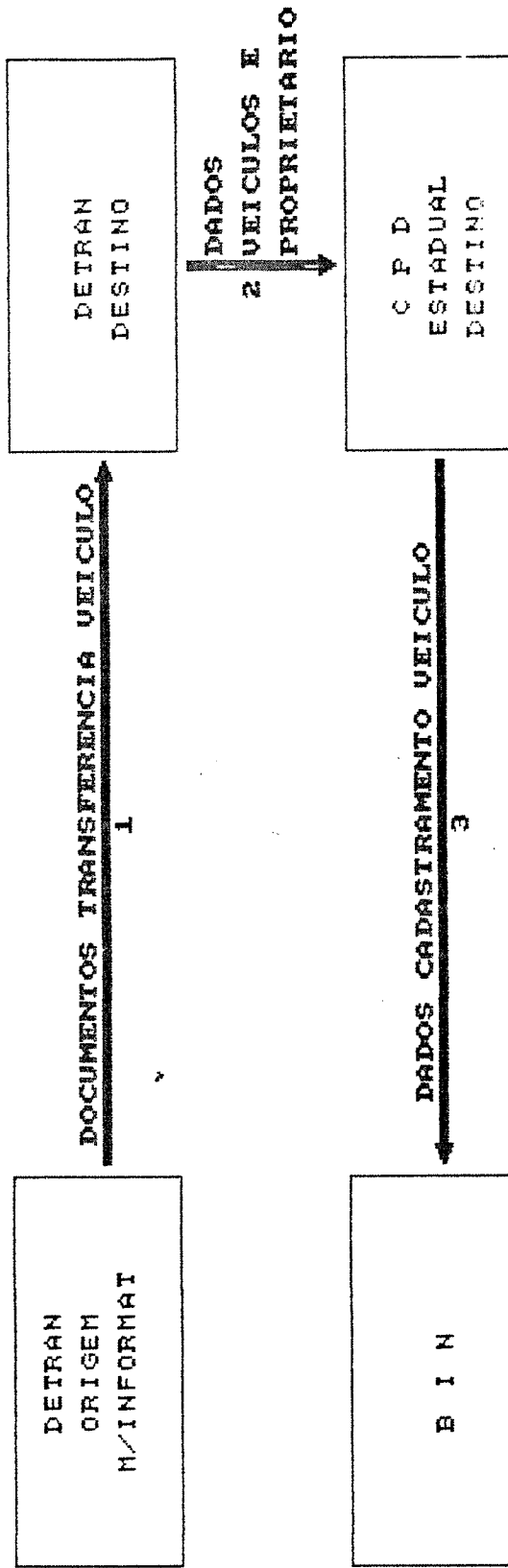
A seguir, é apresentado o fluxograma das funções do RENAVAM, que foram abordadas neste estudo:

# SINALIZACAO DE ALARME

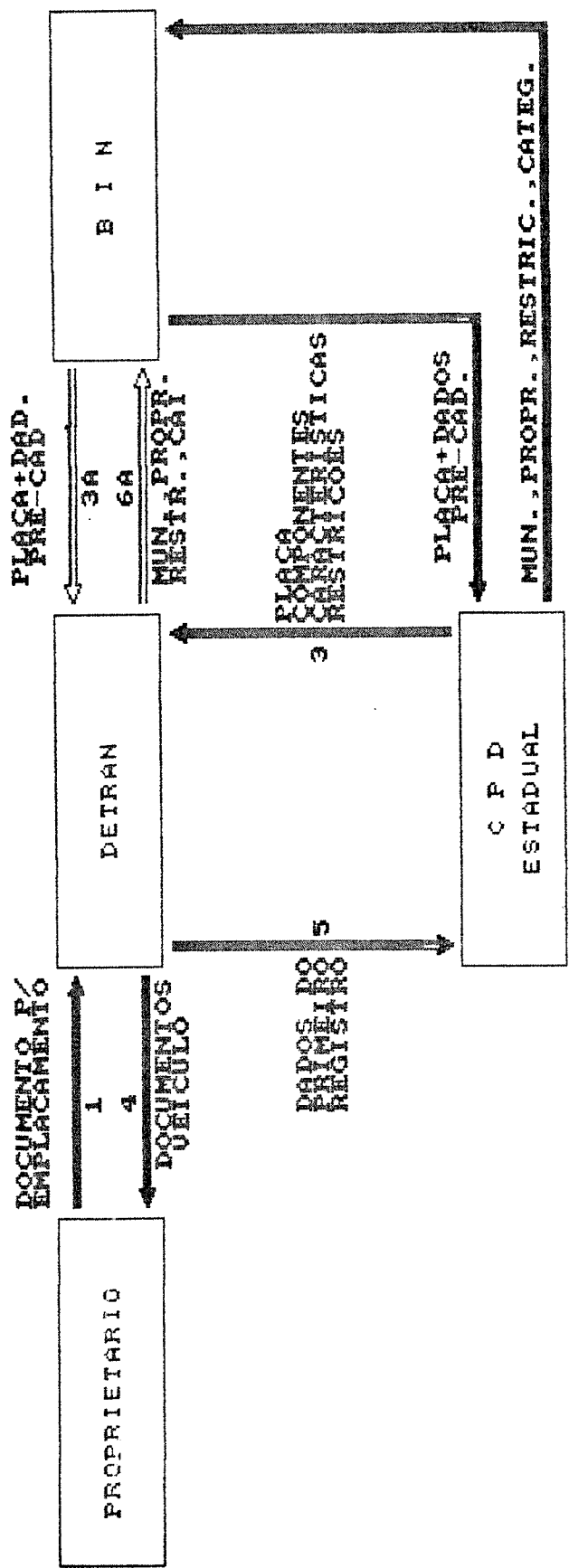




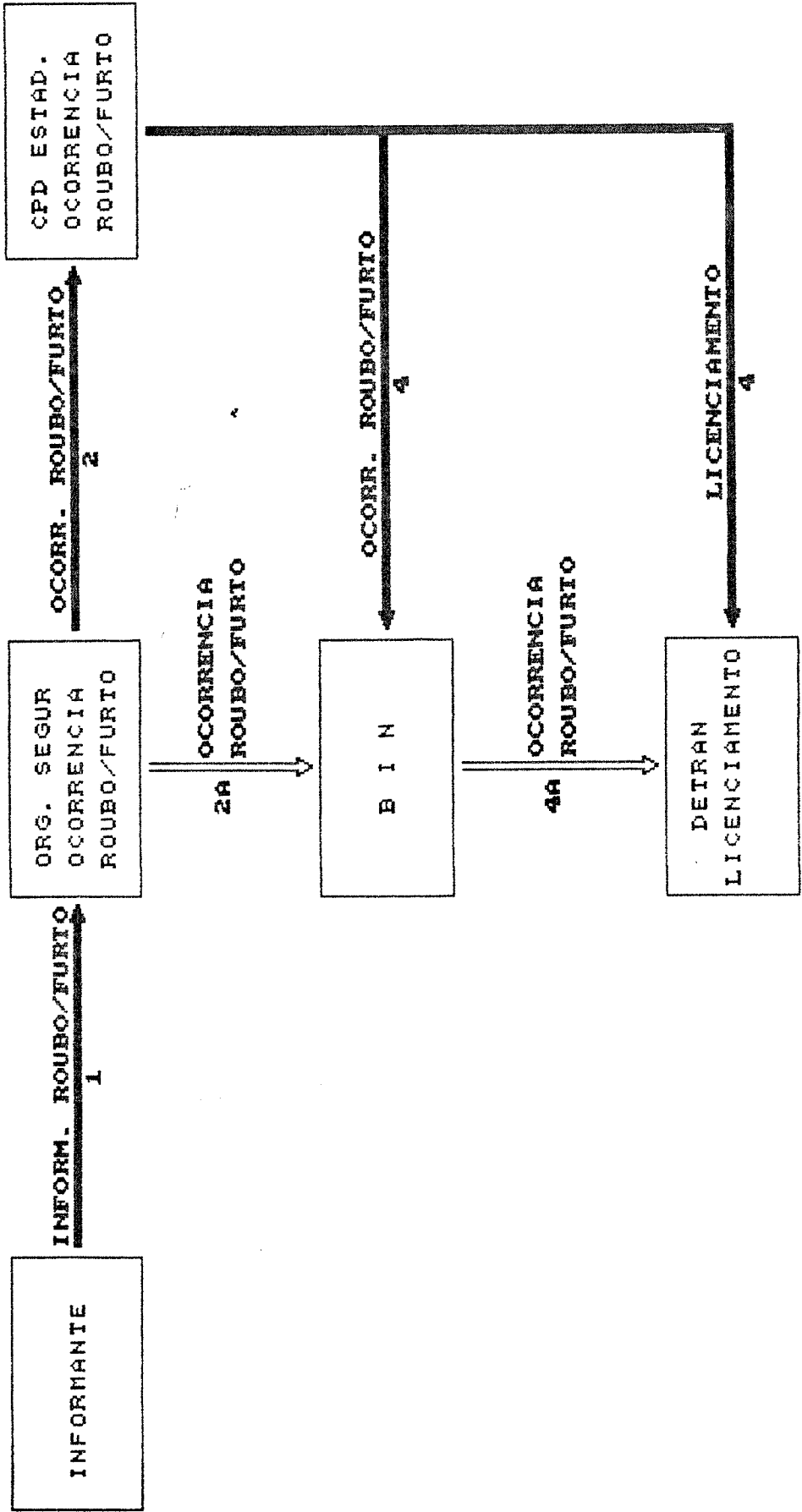
# CADASTRAMENTO



# EMPLACAMENTO



# OCORRENCIA DE ROUBO/FURTO



## VI - COMBATE AO NARCOTRÁFICO

Sabemos das dificuldades de se combater esta modalidade criminosas pelo próprio "modus operandi", capacidade de reação e mobilidade. É um crime que recebe o seu combate em primeira linha pelo Departamento de Polícia Federal, mas torna-se cada vez mais comum a prisão de marginais tendo em seu poder pequenas quantidades de cocaína, obtidas em troca de veículos furtados. A grande maioria destas detenções se dá na rodovias, e quase sempre por acaso, razão porque o PM de policiamento rodoviário tem que receber treinamento específico que lhe permita reconhecer os tóxicos mais comuns.

O tráfico de narcótico é bastante especializado e necessita de investigações preliminares para detectar os praticantes dessa modalidade criminosa, razão porque deve ser buscada uma maior integração com a Polícia Federal. É preciso que o sistema de defesa social demonstre capacidade de funcionar. A integração de esforços e o acerto de procedimentos coerentes, por parte dos órgãos envolvidos com o problema, são metas que devem ser perseguidas objetivando o cumprimento da lei.

O crime organizado prevê, em seu planejamento, alternativas que visam a neutralizar atuações das instituições legais, principalmente da polícia.

Como as tentativas de suborno e corrupção são uma das táticas preferidas pelos criminosos para escaparem do braço da lei, é preciso que os Comandantes mantenham uma fiscalização constante sobre a sua tropa, no sentido de se evitar que qualquer militar venha a ser corrompido. Todos os desvios devem ser totalmente esclarecidos, e punidos os culpados.

## VII - CRIAÇÃO DO POLÍCIAMENTO TÁTICO RODOVIÁRIO

- PROPOSTA -

### 1. O Policiamento Tático

Tal tipo de policiamento agirá tanto preventivamente como repressivamente, terá como atuação principal coibir a prática de várias modalidades delituosas, podendo ter emprego especial em ocorrências de grande vulto e dando apoio às viaturas do policiamento normal.

Para que haja aproveitamento racional de homens e material, a coordenação e emprego do policiamento tático deverá ser rigorosa, o que propiciará maior eficácia, melhorando, cada vez mais, o desempenho das ações. Para isso, necessário se faz que o trabalho seja planejado dentro de uma estrutura ágil, padronizada na sua utilização em áreas estratégicas, baseado em dados reais ou seja, ocorrência de furto de carga de veículos, registradas pelas seguradoras e também nas delegacias de polícia, analisando-se, então, as possibilidades de fuga e retenção, dando especial atenção às rodovias secundárias, as quais acabam sendo utilizadas pelos

criminosos a fim de evitarem as rotas mais fiscalizadas.

O policiamento será de vital importância no combater às várias modalidades de furto e roubo de veículo. Esta é uma preocupação que aumenta <sup>na</sup> medida em que sabemos da facilidade de se atingir a Bolívia, que faz fronteira com Mato Grosso e, na rota Corumbá, com o Estado de Mato Grosso do Sul. Através dos próprios marginais presos tem-se notícia de que muitos veículos roubados no Estado do Tocantins, Minas Gerais e Distrito Federal têm como destino o Paraguai e Bolívia, onde são trocados por drogas.

## 2. Aquisição de Viaturas Especiais

Para que haja eficiência, deve-se empregar em policiamento de alto grau de risco viaturas especialmente projetadas <sup>das</sup> com a finalidade principal de proteger os seus ocupantes contra os projéteis dos bandidos, permitindo respostas mais enérgicas e seguras.

A prática tem demonstrado que, hoje, o marginal está usando armas mais poderosas e modernas do que a polícia. Estão quase sempre em veículos novos e possantes, o que vem dificultando o trabalho dos órgãos de segurança.

Torna-se urgente que a Corporação, através de sua seção específica, desenvolva um planejamento pormenorizado para a aquisição de viaturas, a curto prazo, com o objetivo de atuar nas áreas de maior índice de criminalidade, ou rotas de fuga e de veículos roubados. Ao mesmo tempo, deve-se planejar igualmente uma distribuição racional desses equipamentos adquiridos.

## 3. Recursos Humanos

Quando da ativação do BPRV, o seu efetivo veio de outros batalhões de policiamento de áreas. Contudo, é necessário selecionar os policiais que preferem trabalhar no tático móvel, preparando-os muito bem para um ótimo desempenho nessa modalidade de policiamento.

A preparação do PM selecionado deverá ser feita com o máximo de critério e rigor, através de instrução teórica e prática, no mínimo durante trinta dias, nas seguintes áreas de conhecimento:

- legislação aplicada ao policiamento
- preparação psicológica para o desempenho das missões pertinentes
- armamento e tiro, visando ao aprimoramento técnico-profissional
- curso de direção defensiva
- condução de viaturas
- abordagem e interceptação de veículos suspeitos nas rodovias
- detecção de adulteração da numeração do chassi.

Além dessa preparação inicial, para que a qualidade e a eficiência do serviço prestado não decresçam, a cada seis meses deverá ocorrer a reciclagem das guarnições, observando os pontos falhos de atuação, para amadurecimento e perfeição do patrulhamento, objetivando alcançar as metas propostas.

Pela própria importância desta modalidade de policiamento e devido à responsabilidade que lhe está afeta, a guarnição de cada viatura deverá estar sob o comando de um Sgt PM e, quando o efetivo empregado for superior a três guarnições, o comando será de um Oficial.

O Oficial Comandante do Pelotão, a cada mês, deverá avaliar o desempenho dos componentes das guarnições, implantando um

sistema de avaliação e desempenho, com bases científicas, o que resultará em sensível contribuição para o desenvolvimento profissional dos seus integrantes, bem como para um adequado controle.

É importante ressaltar que a avaliação do desempenho é procedimento que, na prática, é desejado pela tropa, posto que os avaliados entendem que é um instrumento que promove a justiça e provoca o reconhecimento profissional.

#### 4. Operacionalidade do Policiamento

O policiamento rodoviário será incrementado, devendo identificar e fiscalizar todos os elementos suspeitos. Para isso, instalará barreiras nas rodovias sob sua jurisdição e, além do combate ao narcotráfico, estenderá sua fiscalização e repressão ao contrabando, tendo em vista a própria localização geográfica do Estado de Goiás.

O policiamento ostensivo e o policiamento velado, naqueles locais considerados como de risco, devem ser incrementados com vistas, principalmente, à prisão de elementos ligados ao consumo e distribuição de drogas, em especial nas rodovias próximas aos centros urbanos.

A operacionalização do P2 do BPRV, com a produção de continuados estudos de situação sobre o crime organizado na área da OPM e com um fluxo contínuo de informações de segurança pública para a tropa que vai entrar em serviço, é de fundamental importância. As informações obtidas pelo P2 deverão ser repassadas à Polícia Federal, através da PM2, por relatórios pormenorizados das ações/operações desenvolvidas, visando ao mapeamento, por aquela instituição, como também ao preparo de operações conjuntas.

O enfrentamento de situações de alto risco, particularmente sequestro, motins, roubo com refém, exigirá planejamento específico.

O policiamento tático deverá incrementar a fiscalização em prováveis locais de desmanche de veículos, neutralizando, inibindo e reduzindo os índices de incidência dessa modalidade delituosa.

#### 5. Fardamento, Equipamento e Armamento

As guarnições de policiamento tático usarão o mesmo uniforme de dotação do BPRv, porque entendemos que estamos somando esforços para melhor atingirmos os objetivos propostos pela PMGO, qual seja, o de dar segurança à sociedade goiana. Podendo-se, ainda, sugerir o uso de um "braçal indicativo", como reforço do interesse pela atividade.

O armamento, pela própria missão proposta, teria que ser mais adequado para repelir uma agressão à guarnição. O ideal é cada viatura possuir o seguinte armamento:

- Cmt de guarnição : Metralhadora/Beretta 9mm
- Patrulheiro : Carabina Puma cal 38
- Patrulheiro : Espingarda Cal 12

A munição deve ser na quantidade prevista na dotação da OPM e para o serviço.

#### 6, Material de sinalização e Barreira

Para se instalar um bloqueio em qualquer via pública é necessário que tomem as seguintes precauções: primeiro, de não se colocar em risco os usuários da via; para isso o local deve estar corretamente sinalizado, devendo cada viatura conduzir, no mínimo,

os seguintes materiais:

- 04 cones de prolipropileno alaranjado e branco, altura de 75cm
- placas de parada obrigatória, barreira Polícia Rodoviária
- "jacarés", "cama<sup>s</sup> de faquir", tábuas com pregos que furam os pneus dos que avançam, desobedecendo a ordem de parada.

## C O N C L U S Ã O

Na presente monografia foram levantados problemas do cotidiano. Hoje, o cidadão traz estampado no rosto o medo pela impotência ante a ação dos marginais, que, na certeza da impunidade, praticam atividades de toda ordem: furtos, assaltos, roubos, latrocínios, estupros, homicídios, seqüestros, enfim, os mais variados delitos. Mesmo com o máximo de boa vontade a polícia não consegue dar uma resposta à altura das exiências da sociedade.

O tráfico de drogas domina o mundo inteiro, com grupos muito bem organizados de tal forma que conseguem manter as suas conexões e rotas alternativas, mesmo quando a polícia consegue prender um envolvido.

A principal medida do governo federal foi enviar projeto ao Congresso Nacional despondo sobre crimes hediondos.

Dele extraímos o Art. 2, onde se lê: "Os crimes hediondos, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insusceptíveis de:

- I - Anistia
- II - Fiança e liberdade provisória.

Com a entrada em vigor da Lei nº 8.072, a aplicação das

penas por ela <sup>?</sup>cominadas passou a ser mais rigorosa, não tendo o réu, nela enquadrado, direitos a benefícios anteriormente estendidos a todos genericamente. Hoje, os condenados por crimes hediondos terão que cumprir integralmente a pena.

Os mecanismos estão se ajustando, mas de modo bem mais lento do que a progressão assustadora da criminalidade.

A decadência econômica, miséria social e marginalidade, combinam-se na criação de um ambiente dominado por índices insuportáveis de violência. Uma autêntica sociedade paralela se desenvolve em conexão com o narcotráfico, em flagrante desafio à autoridade, impotente para impor a ordem e a lei, sugerindo um ambiente de permissividade que estimula todo tipo de violência.

O rápido crescimento da criminalidade no País pode ser creditado, também e em grande parte, à organização cada vez mais sofisticada do crime.

Para conter essa escalada da criminalidade, os órgãos de segurança terão que se aparelhar adequadamente para, pelo menos, reduzir a níveis satisfatórios os efeitos nefatos do crime.

As dificuldades nesse combate à escalada da violência começam nas condições em que se encontram aqueles que estão encarregados de dar segurança à sociedade.

Como se pode exigir, então, que um policial civil, mili-

tar ou agente penitenciário dêem a segurança de que a sociedade precisa, quando, em seus lares, a insegurança é total?

São profissionais que arriscam a vida por amor e devoção à profissão, que saem dos seus lares pela manhã sem saber se a eles retornarão no final de uma jornada de trabalho.

Os problemas estruturais e conjunturais que afetam o país afetam também a instituição denominada Polícia Militar. Apesar das dificuldades momentâneas apresentamos aqui nossa contribuição para que, quando possível, os companheiros PM tenham condição de maior segurança no desempenho de sua missão, garantir a segurança da sociedade.

## B I B L I O G R A F I A

- 1 - Combate ao crime organizado - Diretriz de Policiamento.  
Polícia Militar de Minas Gerais.
- 2 - Constituição da República Federativa do Brasil. 1988.
- 3 - Constituição do Estado de Goiás. 1989.
- 4 - Enciclopédia Abril. vol.2
- 5 - Lei nº 8.072/90
- 6 - Revista Veja, (1.192) 24/07/91.